

AS PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES DAS TERRITORIALIDADES URBANAS EM ÁREAS CENTRAIS FRENTE AOS PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO PELO EMPREENDEDORISMO URBANO COM ÊNFASE NO TURISMO: ESTUDO EMPÍRICO DO RECIFE-PE/BRASIL

Heleniza Ávila Campos¹

INTRODUÇÃO.

Este texto compõe um conjunto de reflexões desenvolvidas em um trabalho de pesquisa para doutoramento recentemente concluído (1999) e visa discutir as características gerais das territorialidades urbanas exploradas por empreendimentos turísticos em áreas centrais urbanas. Na Geografia, a idéia de território tem estado tradicionalmente vinculada ao poder do Estado, com variáveis atreladas ao capital privado e a grupos dominantes.

No entanto, o conceito de território, de forma polissêmica, envolve múltiplas formas de apropriação do espaço, estando relacionado a diferentes modos de uso e ocupação do espaço por indivíduos, classes e/ou grupos sociais, além do próprio Estado, que delimitadamente exercem suas práticas configuradoras de territorialidades. Por territorialidade, entende-se o conjunto de ações, comportamentos de indivíduos ou grupos na intenção de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações. Diversos estudos no âmbito da Antropologia e Sociologia Urbanas vêm privilegiando esta temática, destacando-se, por sua vez, na Geografia as contribuições alemã (na virada do século), francesa (na primeira metade do século XX) e anglosaxônica (Hartshorne, a partir da segunda metade do século XX).

Partindo da investigação das diferentes formas de apropriação por práticas tradicionalmente associadas a espaços de áreas centrais urbanas, busca-se analisar os efeitos das intervenções públicas e privadas, planejadas ou não, sobre a organização sócio-espacial das metrópoles contemporâneas, utilizando a cidade do Recife como exemplo empírico.

As recentes intervenções em áreas centrais têm como pano de fundo os contrastes intra e interurbanos mais acentuados e complexos em sua composição e articulação, inclusive em moldes internacionais. A articulação de aspectos relacionados à cultura local com interesses globais – via inovações tecnológicas atinentes à valorização e ao reconhecimento de particularidades – viabiliza um campo de investimentos e de interesse da sociedade contemporânea: a dimensão cultural das grandes metrópoles. Essas propostas com ênfase no consumo têm privilegiando os espaços intraurbanos mais tradicionais, seletivamente escolhidos para corresponderem a uma imagem de cidade, ao mesmo tempo global e particular. Ressurge, assim, o interesse em investir em antigos setores comerciais das áreas centrais – a partir de planos de revitalização – como centros polarizadores de movimento turístico e de consumo.

A despeito do caráter massificador que essa modalidade de empreendedorismo assume, o fato é que nesses espaços tradicionais, com práticas e territorialidades culturais arraigadas, sobrevivem focos de resistência ao interesse homogeneizador e hegemônico desses processos “requalificadores” dos espaços das áreas centrais. Os tempos lentos coexistem com tempos rápidos nesses espaços, a despeito dos engendramentos globais aos quais se encontram direta ou indiretamente associados.

Dessa forma, ao lado de “simulacros” da revitalização, ou processos de *Disneyficação* sobrevivem antigos armazéns, velhos barbeiros, e o exercício de tradicionais comércios, festejos, atos religiosos, ritos sagrados e profanos, num incessante jogo temporal e espacial de territorialidades, que se reconstróem e se conjugam como em movimentos rítmicos e sincronizados, subvertendo as ordens dos empreendimentos turísticos, e até por isso, contraditoriamente sendo por seus consumidores apropriados, como exótico e genuíno.

Ao longo deste trabalho são ilustradas algumas dessas práticas de resistência e também de novas adesões às propostas de revitalização desses espaços. Usando a literatura e como relatos de planejadores, foram recuperadas as marcas das territorialidades que resistem às transformações, e constatados os rearranjos de práticas dos usuários desses espaços, a partir das intervenções físicas efetivamente realizadas.

¹ Doutora em Geografia Humana (PPGG-UFRJ) e professora Adjunta do Departamento de História e Geografia da UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul – RS. E-mail: heleniza@polaris.unisc.br

Empreendedorismo urbano

Nos anos 1990, parecem estar reaparecendo com maior ênfase tanto nas Ciências Sociais como em agendas políticas discussões em torno do papel da cidade e seu processo de desenvolvimento². A cidade hoje, com produção e consumo muito mais flexíveis e formas de gerenciamento “criativo”, como centro dentro de um complexo metropolitano, com múltiplas centralidades e significados, com variações de tempo-espaço, segundo a diversidade de agentes com ela envolvidos, num movimento contínuo de transformação. A antiga e tradicional área central, nesse contexto, também adapta-se à contemporaneidade, assumindo uma flexibilidade - que sempre lhe foi característica - mas agora de forma mais aberta (pelo menos aparentemente) e mais visível de acordo com seus diversos e múltiplos usuários, atividades, territórios.

Assim, o significado das cidades no momento contemporâneo passa pela identificação do seu papel no contexto do desenvolvimento num sentido mais abrangente. Nos países centrais, os debates em torno das cidades associam-se à sua atratividade, porém não mais aquela vinculada à produção e ao movimento migratório, concentrado nas grandes cidades tão comum na primeira metade do século³. Hoje, cada vez mais, discute-se a cidade enquanto potencial re-arranjos de cultura, educação e informação capazes de catalisar atividades dinamizadoras e atrativas a investimentos, num processo de construção da imagem da “cidade empresarial”, já citada por Peter HALL [1988], David HARVEY (1991) e outros autores⁴, definida pela forma como grupos de interesses privado, público além de setores voluntários mobilizam-se em torno de oportunidades e vantagens de sua vitalidade enquanto centro de consumo, com ênfase em aspectos, tais como:

- * políticas culturais de marketing urbano (*place marketing*) de identidade no nível urbano, capaz de promover alguns espaços urbanos específicos, através de estratégias de desenvolvimento e projetos;
- * coalizões ou parcerias entre capital público e privado, que funcionam a fim de dar suporte, credibilidade e estrutura financeira suplementar a decisões governamentais;
- * desigualdades territoriais intra-urbanas, cujas diferenças sócio-espaciais estão mais claramente explicitadas.

Neste sentido, as intervenções urbanas a nível internacional passaram a ser mais significativas como alternativas aos projetos de renovação urbana - caros e com resultados duvidosos - e planos de preservação - pouco dinamizadores e de difícil manutenção - que se caracterizaram como intervenções comuns até mais ou menos a década de 1970. A partir daí, as pressões macro-econômicas criadas pelas recessões de 1973 e 1979, provocaram profundas mudanças na estrutura intra e inter-urbana, com fortes implicações no papel do planejamento e na forma de gerenciamento das cidades modernas. As recentes intervenções nos espaços urbanos brasileiros, de forma geral, e nas áreas centrais de grandes metrópoles, em particular, vão ser interpretadas por alguns autores como “empresarialismo incompleto”⁵, caracterizado por alguns aspectos comuns, tais como:

- 1) A forte presença política e econômica do Estado, tanto no âmbito municipal como no estadual denuncia a difícil efetivação de parcerias bem sucedidas. Além de uma forte tradição de investimento estatal no desenvolvimento urbano, mantido em alguns setores da economia urbana a despeito do déficit público, há um incipiente interesse cauteloso do capital privado em investir.
- 2) As ações desenvolvidas quase sempre acontecem em importantes momentos político-eleitorais estratégicos (das cidades, das regiões ou do país) e os planos, em geral, estão associados a figuras particulares de destaque político: Antônio Carlos Magalhães (Salvador-BA); Jarbas Vasconcelos (Recife-PE); Jaime Lerner (Curitiba-PR); Antônio Cambraia (Fortaleza-CE).

² AMIN, A. & GRAHAM, S. “The ordinary city”, in: Transactions of the Institute of British Geographers, 22(4), 1997.

³ Desde o início da década de 1970 tem-se registrado índices que confirmam a chamada “contra-urbanização” nos países desenvolvidos, ou seja, processo de desconcentração populacional nas áreas metropolitanas, associado a mudanças nas formas de produção - mais flexível - e consumo dos grandes centros urbanos, associados também a avanços tecnológicos, qualidade de vida, e meio ambiente. Ver: CHAMPION, A. G. (ed.) Counterurbanization - the changing pace and nature of population deconcentration, London: Edward Arnold, 1989.

⁴ HALL, P. Cities of Tomorrow, Oxford: Blackwell, 1996 [1988]; HARVEY, D. Condição Pos-moderna, São Paulo: Ed. Loyola, 1991 [1989]; HALL, T. & HUBBARD, P. “The entrepreneurial city: new urban politics, new urban geographies?”, in: Progress in Human Geography, 20, 2, 1996, pp. 153-174; AMIN, A. & GRAHAM, S. “The ordinary city”, in: Transactions of the Institute of British Geographers, 22(4), 1997; HARDING, A. “Conclusion: Towards the entrepreneurial European city?”, in: DAWSON, J.; HARDING, A. & PARKINSON, M. European cities towards 2000 - profiles, policies and prospects, Manchester: Manchester University Press, 1994, entre outros.

⁵FERNANDES, Antônio S. A. Empreendedorismo urbano em Salvador: a recuperação do Centro Histórico do Pelourinho, Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE / MDU, 1998, p. 90.

3) Tais posturas políticas e decisórias das instituições responsáveis pelos planos tendem a centralizar decisões, muitas vezes são excludentes em relação a populações mais carentes e sem propostas alternativas de relocação - para os residentes de baixo poder aquisitivo - e novas opções de serviços - para usuários tradicionais.

Aspectos como esses dificultam a continuidade dos processos previstos anteriormente pelo planejamento, o que explica, em parte, a inexistência de um processo efetivo de gentrificação nas áreas centrais, a qual dependeria de uma nova classe moradora de alto poder aquisitivo, vinculada mais diretamente às novas atividades e imagem "restaurada" dos bairros centrais. Outro aspecto comum às intervenções é a alteração das territorialidades de grupos tradicionais, de baixo poder aquisitivo, o que acaba por interferir na memória viva dessas áreas.

O caso do plano de revitalização no bairro do Recife (PE/Brasil).

Os planos de revitalização no Brasil, inspirados nas experiências americanas das décadas de 1960 e 1970, apresentaram, a partir dos anos 1980, alternativas possíveis de "refuncionalização" das áreas centrais, visando potenciais novos frequentadores. Investimentos e empreendimentos do poder público, em parceria com o capital privado, tornaram-se alternativas para alteração do quadro de abandono destas áreas. Empreendimentos foram feitos, voltados a atividades de comércio e lazer, tais como bares, restaurantes, galerias de arte, enfim, diversos tipos de artigos vinculados a uma imagem assimilável, tanto local quanto internacionalmente.

Em algumas metrópoles brasileiras, como o Recife, Salvador, Fortaleza, entre outras, têm sido desenvolvidas experiências de planejamento e de gestão visando o estabelecimento de novos padrões de qualidade de vida e de inserção no cenário econômico contemporâneo. Os bairros da área central do Recife são exemplos de diferentes concepções de "revitalização" desde a metade dos anos 1980 e com maior intensidade a partir de 1994.

A cidade do Recife situa-se na região Nordeste do Brasil e ocupa uma área de aproximadamente 209 Km². Pelas condições topo-hidrográficas do seu sítio, Recife constitui-se num rico e peculiar exemplo de definição e conquistas de territorialidades, desde a sua ocupação inicial no século XVI. Os atuais bairros centrais da cidade, do Recife, Santo Antônio e São José, e uma parte do bairro da Boa Vista, encontravam-se no início de sua formação, em grande parte, cobertos pelos mangues, transformados por frequentes aterros em diversos momentos históricos, potencialmente viáveis às atividades comerciais, dando a configuração da cidade hoje existente. Os bairros centrais agregam elementos no espaço físico e no vivido que guardam características de valores construídos historicamente, sempre com uma dinâmica sócio-espacial diferenciada, cuja visibilidade torna-se mais evidente em função de sua delimitação bem definida em relação à cidade.

Ao longo das duas últimas décadas, a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) tem promovido um conjunto de ações em diversos setores da área central, no sentido de requalificar espaços, tornando-os atrativos à frequentação de novos usuários. Tais intervenções distinguem-se pela intensidade e amplitude dos projetos desenvolvidos, em função dos enfoques privilegiados; das especificidades dos lugares nos quais ocorrem; dos objetivos pré-determinados nas propostas de planejamento e planos diretores ou, ainda, da viabilidade dos projetos.

As primeiras propostas de revitalização para a área central do Recife tiveram, de fato, origem nos Programas de Conservação de Sítios Históricos, elaborados ainda na década de 1970. De um lado, foi criado todo um aparato institucional, legal e instrumental para conservar as áreas históricas do centro urbano. De outro lado, as mudanças das expectativas do mercado imobiliário levaram a uma profunda diminuição da taxa de investimento em novas construções e reformas/adaptações das antigas: degradação física e mudança de usos, especialmente do comércio varejista e dos serviços especializados para o comércio ambulante e informal e os serviços pouco especializados. Uma série de políticas públicas associadas a processos de crescimento descontrolado da cidade acelerou a degradação da área central do Recife.

A descentralização urbana em meados dos anos 80 repercutiu na valorização de áreas distantes da área central e na conseqüente mudança espacial do mercado imobiliário, tornando o centro do Recife uma área com poucos atrativos à incorporação imobiliária. Novas centralidades se configuraram e o centro tradicional da cidade do Recife, próximo à zona portuária, perdeu a sua população residente, mantendo suas funções administrativas e comerciais.

Na primeira gestão do então Prefeito Jarbas Vasconcelos (1986-88), foi iniciado um plano de revitalização para a área central, considerada uma das principais “áreas-problema” de toda a cidade. Num contexto de abertura política e crise econômica a Prefeitura do Recife entrava numa nova fase de empreendimentos, bem mais modestos que os anteriores. O enfoque não era mais a expansão urbana, ou a articulação entre centro-periferia, mas sim o controle do crescimento e valorização de áreas particulares, de potencial apazibilidade como o conjunto da área central, encontrando-se o Bairro do Recife então em processo avançado de obsolescência e degradação física e o bairro de São José ocupado. As diretrizes de ação foram propostas em um documento “Uma estratégia para revitalizar o Recife”, ainda em 1986. Alguns dos objetivos apresentados nesse documento eram os seguintes:

a) Revitalização enquanto mediação de conflitos de agentes sociais. Havia claro apoio político às causas populares de baixa renda, em particular àquelas vinculadas às favelas, ao comércio informal de camelôs e ambulantes. Destacava-se, por exemplo, o Programa “Prefeitura nos Bairros”, uma tentativa de acompanhamento descentralizado e desburocratizado de problemas específicos de bairros na periferia, além de outros mecanismos de participação da população. Iniciou-se também estudos sobre a distribuição das barracas nas ruas, levantamentos censitários de comércio de rua, conflitos entre comércio formal e informal e possibilidades de relocações e/ou padronizações de barracas, contudo poucas alterações foram efetivamente realizadas.

O Bairro do Recife, após décadas, voltou a ser objeto de interesse do poder público. Áreas ocupadas por prostitutas, áreas ociosas e abandonadas foram também analisadas para reabilitação. A revitalização e preservação da centralidade teriam passagem obrigatória pela manutenção da superposição funcional e integrada dos usos (em especial a habitação)⁶, no entanto, essa integração referia-se à ocupação de outros bairros.

b) Valorização de espaços públicos enquanto locais de encontro e de convivência. A intenção era melhorar a “ambiência” do espaço central, ou seja o aspecto físico, infra-estrutural e paisagístico da área. Uma grande importância foi dada aos investimentos em tratamento de fachadas, reabilitação do Casario e de monumentos, enquanto elementos fundamentais de composição da “paisagem” urbana, ou seja, do conjunto que compunha e definia os espaços públicos visíveis, previamente selecionados. O plano, naquele momento, já preconizava a seleção de algumas áreas pontuais e potenciais que mais tarde seriam transformadas como ícones da revitalização da cidade. A melhoria ou implantação de infraestrutura - rede de esgoto, drenagem de água pluvial, limpeza urbana, restauração de calçadas, etc. eram importantes enquanto apoio às funções urbanas. Já a circulação, esta deveria permitir o deslocamento de pedestres através de uma diversidade “controlada” de usos nas áreas públicas. Tal controle referia-se à intensa apropriação das ruas pelo comércio, a qual dificultava os deslocamentos, além de estar associada à violência e ao afastamento da população de maior poder aquisitivo do centro.

c) Reabilitação do conjunto arquitetônico e Monumentos. Em alguns edifícios antigos, localizado na Av. Marquês de Olinda, foi iniciado o processo de desocupação e restauração física dos edifícios, o qual na maioria das vezes não foi levada adiante devido aos altos custos⁷. No Plano de Reabilitação do Bairro do Recife (1987), realizado por uma equipe multidisciplinar, foram previstos equipamentos coletivos, como postos e creches aproveitando os sobrados antigos e com participação dos particulares interessados e do município. Foram feitas algumas consultas à população fixa (moradora) e flutuante.

A ação sobre o processo de expansão acelerada da ocupação dos espaços públicos (ruas e calçadas) pelos ambulantes deveria ser realizada através da “mediação dos conflitos dos agentes sociais” – através de uma estratégia gradual de acomodação de interesses, dirigida ao Bairro do Recife e ao restante do centro, este último reduzindo-se a algumas medidas de organização da atividade dos ambulantes e camelôs e organização do modo de ocupação dos espaços públicos mais importantes. O final da primeira gestão do Prefeito Jarbas Vasconcelos significou o fim do projeto de revitalização, não criando expectativas nos atores que poderiam manter a proposta em discussão com o novo governo.

3. Estratégias de empreendimento e articulação empresarial (1994-1996)

A segunda gestão de Jarbas (1993-1996) significou, em parte, a retomada de antigos projetos, como a

⁶PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Uma estratégia para revitalizar o centro do Recife, Recife: URB, jun. 1986.

⁷ “Prédio do Chantecler vai voltar a brilhar”, in: Jornal do Comércio, Caderno Cidades, 31 de maio de 1998.

revitalização da área central, por exemplo. No entanto, houve mudanças significativas de enfoque e metodologia: em primeiro lugar, a participação efetiva da Prefeitura nos investimentos e gerenciamento das ações, de caráter muito mais empresarialista, onde se fazia necessária a associação em parceria com o capital privado e com empresários locais; em segundo lugar, a ênfase no turismo e no lazer ao contrário do interesse pelos problemas sociais da população de baixa renda.

Dessa forma, a atenção municipal voltou para o Bairro do Recife, através de um Plano de Revitalização denso e arrojado, para promoção de novas atrações neste bairro para turistas e para a população local de classe média e alta. O incentivo ao desenvolvimento econômico da cidade passava a estar associado à imagem de seu centro recuperado: história, tecnologia e espetáculo eram o tripé que dava significado e conteúdo a uma área esquecida até pouco tempo atrás.

As atividades - e seus grupos sociais associados - não poderiam ser confundidas: deveria haver clara distinção entre áreas pública urbana (de uso diversificado) e área portuária. A partir de incentivos específicos, seria possível restabelecer o papel polarizador do Recife no contexto regional. Seria como restaurar a identidade local, imprimindo marcas de destaque no âmbito regional. Os principais objetivos do Plano de Revitalização do Bairro do Recife são os seguintes⁸:

- conservar o **patrimônio histórico e cultural** do bairro mais antigo da cidade, resgatando a sua característica de espaço em constante transformação que mantém os registros de todas as suas épocas históricas;
- transformar a economia do Bairro do Recife no sentido de torná-la um centro regional, isto é, um pólo de concentração de **comércio varejista, de serviços modernos, de cultura e lazer**;
- tornar o Bairro do Recife um espaço de lazer e diversão para toda a população da cidade, para as áreas públicas do bairro, criando um **espetáculo urbano**; além disso, tornar o Bairro do Recife um centro de atração turística nacional e internacional.

O Bairro do Recife foi, então, setorializado, de acordo com previsão na lei de uso do solo, com aspectos potenciais de intervenção e com valor histórico pré-determinado: foram delimitados os Setores de Intervenção Controlada, de Renovação e de Consolidação urbana. Cada um desses setores – ainda considerados até o presente momento - possui um ou mais pólos de interesse orientadores do formato da gestão.

Nesta fase, através da criação do escritório de Revitalização, localizado na Rua do Bom Jesus – foi realizado incentivo aos novos investidores do bairro; articulação empresarial (parceria); implantação de atividades associadas ao turismo, cultura e lazer – crescente frequência de população local de classe média;

As principais ações desenvolvidas do Plano neste período só foram possíveis a partir da implantação dos principais Pólos de Interesse e Animação - da Alfândega, do Bom Jesus e, com menor destaque, do Pilar - nos quais realizaram-se as seguintes ações:

- a) Projeto Cores da Cidade: convênio entre PCR, Fundação Roberto Marinho e Tintas Ypiranga. Pintura das fachadas da Rua do Bom Jesus;
- b) Criação da Zona Especial de Interesse Turístico (ZET): incentivos fiscais de IPTU e ISS às restaurações físicas de imóveis e instalações de atividades turísticas no processo de revitalização do Bairro.
- c) Desapropriações de imóveis localizados na R. do Bom Jesus, escolhidos segundo critérios de ociosidade; estado de conservação física precário para restauração e reciclagem de usos. Além disso, algumas barracas de comércio informal foram também relocadas.
- d) “Urbanização” da Rua do Bom Jesus, melhorias de calçadas, iluminação e telefonia; revisão ou substituição da rede de esgoto e tratamento paisagístico.
- e) Projeto Recife Real, reestruturação do antigo prédio do Espaço Cultural Bandepe, localizado na Av. Marquês de Olinda, e troca de mobiliário urbano do Pólo Bom Jesus, através de convênio entre estado, município, Fundação Roberto Marinho, ABN AMRO Bank, Banco Real e Bandepe.
- f) **Projeto Luz no Recife Antigo**, com substituição de fiação aparente por rede subterrânea para alimentação de postes de ferro, “semelhantes aos utilizados no início do século”⁹. O projeto resulta de convênio e parceria entre estado, município, Fundação Roberto Marinho, Eletrobrás /

⁸Ver: ZANCHETTI, S. M. et. al. (orgs) Op. Cit., 1998, p. 33.

⁹ “Pólo Bom Jesus será revitalizado”, Diário de Pernambuco, Caderno Vida Urbana, 23.08.1999, p. A10.

Procel, Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) e Centrais Hidroelétricas do São Francisco (Chesf).

- g) **Outras ações** foram realizadas, tais como promoção de eventos de rua, limpeza urbana, além da recuperação de quatro praças. Na Alfândega, foram realizados eventos no prédio e em áreas próximas, tal como o “Mercado Pop” - feira popular, realizada inicialmente (a partir de 1996) nos primeiros finais de semana de cada mês, no Cais da Alfândega, reunindo artigos de moda regional, artes plásticas, bijuterias, objetos de decoração, tatuagens, entre outros produtos de artistas locais. Essa feira atende basicamente à classe média que busca objetos fora da produção industrial; na Rua do Bom Jesus.

Quanto aos bairros de Santo Antônio e São José, já em 1992, conflitos entre a administração municipal, proprietários de lojas do centro e camelôs resultaram no projeto de “Humanização da Cidade” na gestão do Prefeito Gilberto Marques Paulo. Tal projeto consistia, entre outros pontos, na retirada dos camelôs das ruas principais de comércio da área central, visando atrair a população de classe média ao consumo no centro, como acontecia no passado. Em maio de 1993 foram cadastrados por volta de 4.772 ambulantes na área central. Destes, 4.307 estavam estabelecidos nos bairros de Santo Antônio e São José, localizados em percursos preferenciais de pedestres¹⁰. Ao contrário do previsto, as práticas de comércio informal começaram a se expandir ao longo da Avenida Dantas Barreto, culminando no projeto “Calçadão dos Mascates” já mencionado anteriormente.

Em outras áreas onde predominava o comércio informal, além da pavimentação e restauração de calçamentos, letreiros e fachadas, o acesso a ruas e praças passou a ser controlado, através de grades e policiamento diário. Estas intervenções também faziam alusão às propostas bem sucedidas de controle de comércio e lazer dos *shopping centers* nos bairros periféricos, denominando as ruas de: “Shopping Centro Imperatriz” - onde havia até um “praça da alimentação”, “Shopping Centro Rua Nova”, “Shopping Centro Duque de Caxias”¹¹.

Acompanhamento e gestão (1997-1999)

Nos dois anos que se seguiram, as ações referentes ao Plano de Revitalização limitaram-se ao gerenciamento, complementação de obras e acompanhamento dos empreendimentos realizados ou previstos anteriormente. Nos jornais locais, alternavam referências ao fraco movimento de visitantes à Rua do Bom Jesus - considerado um dos maiores pólos de lazer e turismo do Recife - e a novos investimentos da Prefeitura.

Em 1998, estava previsto um investimento na ordem de R\$ 22 milhões, adquiridos através de alguns canais já conhecidos: o BID e o Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), a serem investidos em obras tais como: a implantação de um shopping center no Pólo Alfândega; criação de um Pólo de Software e produtos de informática; e a restauração da antiga sinagoga.

A grande preocupação é que o Recife Antigo, hoje freqüentado por cerca de 56 mil pessoas semanalmente, seja uma moda passageira. “Vejo o Bairro do Recife como um shopping center, onde somente a praça de alimentação está funcionando”, comparou o [então] Secretário de Planejamento da Prefeitura do Recife, José Múcio Monteiro. O medo é justificado. Nos últimos trinta anos o Recife teve vários pontos de diversão tão animados quanto passageiros. Entre 1969 e 1970 foi o Pátio de São Pedro. No início da década de 80, a coqueluche eram as feirinhas típicas de Boa Viagem e Olinda. Entre 1988 e 1990, toda a juventude se encontrava nas Graças. “O lazer é nômade”, resumiu o prefeito Roberto Magalhães”¹².

A constatação da efemeridade dos projetos de lazer na área central, aponta de um lado para as questões associadas ao empresarismo incompleto, mencionado por FERNANDES (1998) e citado na primeira parte desse trabalho; de outro lado, o tipo de público alvo que se pretende atender, não corresponde de fato àquele que efetivamente frequenta tais pólos: os turistas, que deveriam aparecer em maior número, representam 7,9% do total de usuários - sobretudo os noturnos. Destes, 4,8% vêm de outros estados do país e apenas 3,2% são estrangeiros¹³.

¹⁰Próximos ao Pátio do Carmo, Rua das Flores, Av. Guararapes, Estação Central do Metrô e Cais de Santa Rita.

¹¹ COSTA, Kátia C. R. Shopping Center Recife: conflitos e valorização do espaço. Dissertação de Mestrado. Recife: Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, 1995. p. 54.

¹² “Bairro do Recife terá recursos de R\$ 22 mi”, Diário de Pernambuco, 03/02/1998. Grifo nosso.

¹³ Dados apresentados pelo Secretário-Geral da Fundação Roberto Marinho, Joaquim Falcão. Ver: Diário de Pernambuco, 03/02/1998.

A curiosa frase do então Prefeito Roberto Magalhães expressa muito mais do que uma reflexão sobre a instabilidade desse tipo de investimento: por um lado, diz respeito à constatação implícita - e com um certo tom de consolo e conformação - de que os fatores inspiradores do planejamento urbano recente são fugazes, de difícil controle e instáveis do ponto de vista dos resultados; por outro lado, mais do que nunca, indica mutabilidade de determinados espaços da cidade, tantas vezes revelado através da história, os quais acabam por incorporar a marca registrada dos modismos correntes. É o caso do Bairro do Recife.

Embora o plano do Bairro do Recife tenha se realizado em áreas ociosas, as grandes críticas a esses planos voltam-se para ações realizadas em áreas dinâmicas, ou seja, “que têm vida”, embora indesejadas e onde antigos símbolos são retrabalhados, com intenção de fixação de identidades. Contudo, a idéia de associar setores da cidade a um formato sócio-espacial considerado pelo imaginário local como uma paisagem aproximada daquela produzida no “Primeiro Mundo” acaba remetendo os planos à seleção de setores nem sempre mais representativos da dinâmica e cultura locais.

A revitalização do Bairro do Recife tem sido feita, na verdade, para uma elite local a que se revê no olhar do estrangeiro e se imagina num espaço de primeiro mundo. O Bairro do Recife pode até atrair turistas brasileiros de classe média, mas, na verdade, pouco atrai o turista estrangeiro, interessado em conhecer as particularidades e curiosidades da cidade.

Neste sentido, a *localização* (forte centralidade da área), *legibilidade* (facilmente identificável no contexto da cidade pela população, devido a sua conformação física) e *acessibilidade* do Bairro do Recife são vantagens estratégicas para implementar um bem sucedido plano de Revitalização tal como tem sido realizado. Para Jan BITOUN¹⁴, a experiência na área central do Recife aponta para três eixos de ação básicos do plano de revitalização:

1. **Ação estética:** diz respeito a uma valorização dos espaços. De um lado, há um problema funcional destes novos panoramas produzidos pelo: “privilégios” defendidos por diversos grupos sociais (tanto de alta renda - restaurantes de luxo e bares na Rua do Bom Jesus - como de baixa renda – como camelôs e comerciantes), comprometendo resultados em termos de transformação de fachadas, ocupação das ruas pelo comércio; de outro lado, há uma produção “pasteurizada” de certos padrões arquitetônicos e urbanísticos considerados similares ou representativos de “uma cidade de Primeiro Mundo”, assemelhando-se desde formas alegóricas e vibrantes de Miami aos prédios chamados de “ferro de engomar” de Paris. Em contraste, o bairro de São José apresenta elementos de beleza, exotismo, escala e proporção mais interessantes.
2. **Gentrificação:** no caso do Recife, apresenta-se uma transformação limitada, funcional para determinadas atividades (comerciais) e grupos sociais (burguesia); a moradia no Recife tem um perfil muito bem definido: a ocupação de bairros tradicionais da cidade, onde se estabelece a parte mais abastada da população local; esta, por sua vez, é proporcionalmente menor que a população de renda média e baixa (tradicionalmente localizada nos bairros centrais ou da periferia) sendo em número insuficiente para ocupar, tanto os bairros tradicionalmente residenciais como o centro comercial e de negócios; também as dificuldades atuais de infraestrutura de apoio dificultam o estabelecimento de habitações no centro¹⁵. Portanto, há poucas perspectivas a curto e médio prazos de fixação residencial que caracterize um processo de *gentrificação*¹⁶.
3. **(Re)criação de espaços públicos** (eventos, encontros, usos diversos) e **privados** (refuncionalização): os bairros centrais exercem ainda importantes funções sociais, econômicas e políticas para a cidade, embora a qualidade do espaço seja considerada, de uma forma geral, inadequada e desconfortável, do ponto de vista da infra-estrutura e das formas de utilização dos espaços pelos serviços. Com a experiência do Bairro do Recife, abrem-se novas possibilidades, visto que é mais completo, multi-setorial.

Uma crítica mais incisiva tem sido direcionada ao projeto mais recente “*Eu vi o mundo... Ele Começava no*

¹⁴ Geógrafo e Professor do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE, em entrevista realizada em 06 de outubro de 1999.

¹⁵ No caso da Av. Guararapes por exemplo, algumas das principais dificuldades de ocupação dos edifícios ociosos, mesmo por atividades empresariais e comerciais, deve-se à precária condição de infraestrutura e à falta de estacionamentos, segundo aponta Romero PEREIRA em entrevista (06.10.1999).

¹⁶ Em outros países, há uma reconquista de espaços por camadas de maior poder aquisitivo o que não parece ser o caso das cidades brasileiras, mesmo com alguns indícios em Salvador e no Bairro do Recife, ainda não há números significativos que apontem para um movimento consagrado e aceito de retorno às áreas centrais.

Recife¹⁷, idealizado por um conjunto de consultores, arquitetos e artistas locais e desenvolvido pelo Governo do Estado e pela Prefeitura da Cidade do Recife como parte das comemorações dos 500 anos de Descobrimento do Brasil. O polêmico projeto objetiva “projetar Pernambuco no cenário turístico mundial”, motivo este que justificaria uma mudança da fisionomia de um dos pontos turísticos mais tradicionais, desde a reforma de Saturnino de Brito: o Marco Zero.

As principais obras a serem realizadas relativas ao Projeto “*Eu vi o Mundo...*” são as seguintes: será desenhada no piso uma “rosa dos ventos” estilizada, plantadas palmeiras imperiais e ampliada a praça, no local onde hoje encontra-se o busto do Barão do Rio Branco (a ser deslocado da sua atual posição). Sobre os arrecifes, será construído um museu ao ar livre composto de vinte esculturas de Francisco Brennand, distribuídas em área de 300 metros quadrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O projeto “criativo” e audacioso na área central do Recife incorpora de maneira clara algumas representações de mundo que o Recife – mais especificamente, os grupos hegemônicos e dominantes da cidade – tem buscado associar à imagem local. Mas, a transferência de certas estratégias utilizadas no bairro do Recife - mais plástico e flexível do que outros da cidade - para Santo Antônio e São José certamente não deve atender a esses grupos dominantes e nem vai atrair usuários semelhantes aos da Rua do Bom Jesus, ao mesmo tempo em que deve encontrar resistências nas antigas práticas e territorialidades. Assim, permanece o dilema do “farto x exíguo” na espacialidade dos centros: pactos silenciosos entre diversos agentes que ocupam um espaço muito próximo, muitas vezes o mesmo, exigindo concessões de espaço e tempo e códigos de convivência que, no caso do Bairro de São José, são fundamentais para a continuidade das práticas mais tradicionais. Na exigüidade, é sintomático o retorno e a valorização do sobrado, lote estreito, convívio próximo entre diferenças estrangeiras; daí vem o legado, “a herança” do comércio e as suas diferenças intrínsecas.

¹⁷ O nome do projeto foi inspiração de um painel do artista plástico Cícero Dias, a quem coube o elaboração artística da “rosa dos ventos” a ser desenhada no piso da praça do Marco Zero. Ver: “Pernambuco comemora Descobrimento: grupo de profissionais lidera reformas que serão feitas no Bairro do Recife, com apoio do Governo e da Prefeitura” **Jornal do Instituto de Arquitetos do Brasil**, Departamento Pernambuco, nº 41, set./out. de 1999, p. 5.